

INOVACÃO
PESQUISA
ÉTICA
RESPONSABILIDADE
QUALIDADE
PATENTE
SUCESSO
ORIGINALIDADE
MARCAS
VIGILÂNCIA

Apresentação.....	1
Introdução.....	2
Propriedade Intelectual.....	3
Patente.....	4
Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado.....	9
Marca.....	11
Software.....	12
Outras Modalidades.....	13
Documentos Importantes.....	13
Ficha Técnica.....	15
Contatos.....	15

APRESENTAÇÃO

A busca de soluções para problemas do cotidiano é certamente o principal fator que impulsiona a inovação tecnológica. Como a obtenção de soluções inovadoras requer esforço e investimento, surge a necessidade de que esses investimentos sejam recompensados.

A principal forma de recompensa e estímulo à criação de novas tecnologias é a garantia de exploração exclusiva da invenção, impedindo a cópia não autorizada por terceiros. Desta forma, a propriedade intelectual emerge como uma ferramenta imprescindível para a inovação tecnológica.

A Fundação Hemominas, como uma instituição que atua em pesquisa e inovação, tem avançado continuamente no campo da propriedade intelectual. Nesse contexto, a difusão da cultura de Propriedade Intelectual e Inovação em toda a rede Hemominas ganha importância como uma forma de se estreitar a distância entre a pesquisa científica e o aproveitamento de seus benefícios pelos cidadãos por meio da disponibilização de novas tecnologias, principalmente nas áreas de hematologia, hemoterapia, células e tecidos.

Para facilitar a compreensão dos principais conceitos nas áreas da propriedade intelectual e da inovação, o Núcleo de Inovações Tecnológicas da Fundação Hemominas - NIT, com o apoio do grupo INOVHEMOS, elaborou a presente cartilha, contendo de forma direta e simplificada, os principais aspectos relacionados a esses temas. Este material deve servir como ponto de partida para a compreensão do assunto. Para mais informações e orientações o NIT poderá ser consultado.

INTRODUÇÃO

A constatação de que a produção de conhecimento possui um papel estratégico no desenvolvimento econômico e social do país levou o Brasil a iniciar a construção de um cenário favorável ao desenvolvimento tecnológico. A Lei nº 10.973/2004, conhecida como "Lei da Inovação", é um reflexo da necessidade do país de contar com dispositivos legais que contribuam para a construção desse ambiente. Já a Lei nº 13.243/2016 aprimora as medidas de incentivo à inovação.

Uma importante vertente do Marco Legal da Inovação é o estímulo à participação de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) no processo de inovação. Com esse intuito, cada ICT deve constituir um Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) com função de realizar a gestão da política de inovação da instituição, especialmente no que tange à proteção da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia.

Em Minas Gerais, o desejo da construção de um ambiente propício à inovação foi traduzido na Lei Mineira de Inovação (Lei nº 17.348/2008), bem como pelo Decreto Federal 47.442/2018. A legislação Estadual, assim como a Federal, traz medidas para incentivar a pesquisa científica e a inovação tecnológica, possibilitando que as ICTs possam se apropriar dos produtos e processos desenvolvidos, por meio do depósito de patentes. Os NITs, por sua vez, participam desse processo buscando, junto aos pesquisadores, as tecnologias que estão sendo desenvolvidas, e propiciando a sua proteção e conversão em produtos e serviços que beneficiem a sociedade, por meio da transferência de tecnologia.

Neste contexto, em novembro de 2009, a Fundação Hemominas instituiu seu NIT, que desde então realiza o acompanhamento de pesquisas com foco no desenvolvimento de processos, produtos e serviços inovadores, e atua para zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à inovação e propriedade intelectual.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

A Propriedade Intelectual engloba todos os direitos de criação do intelecto humano e pode ser dividida em quatro campos, que em alguns casos podem sobrepor-se: Propriedade Industrial, Direitos Autorais, Cultivares e Topografia de Circuito Integrado.

Modalidades de Propriedade Intelectual



PROPRIEDADE INDUSTRIAL:

patentes, marcas, desenhos industriais e indicações geográficas



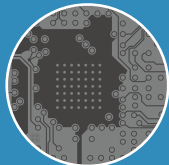
DIREITOS AUTORAIS:

obras literárias, artísticas ou científicas, programas de computador, domínios na internet e direitos conexos



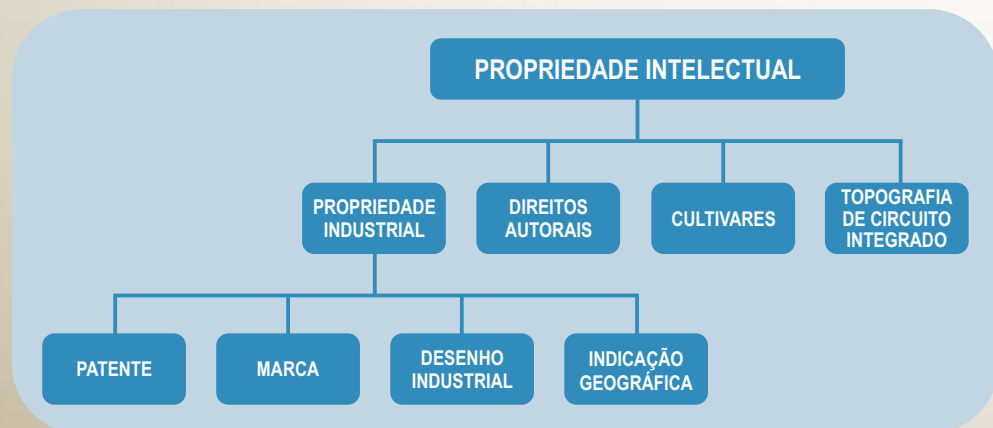
CULTIVARES:

resultado do melhoramento de uma variedade de planta, introduzido pelo homem, que a torne diferente das demais



TOPOGRAFIA DE CIRCUITO INTEGRADO

Nesta cartilha, daremos enfoque à Propriedade Industrial, sobretudo às marcas e patentes.



PATENTE

É uma propriedade temporária, legalmente concedida pelo Estado, sobre uma invenção ou modelo de utilidade. É uma das formas mais conhecidas de proteção industrial e abrange uma grande quantidade de criações em diferentes áreas do conhecimento. É possível a proteção por patente tanto para um produto novo, como para um novo processo de obtenção de um produto já conhecido. A proteção conferida pelo Estado tem validade somente dentro dos limites territoriais do país que concede a patente.

As patentes podem ser de dois tipos:

- **Patente de invenção:** é toda criação da mente humana capaz de solucionar algum problema de ordem técnica. O prazo de proteção é de 20 anos, contados a partir da data do depósito.
- **Modelo de utilidade:** compreende toda melhoria no produto ou processo já existente no mercado. É um aperfeiçoamento de algo que já foi criado. O prazo de proteção é de 15 anos, contados da data do depósito.

Requisitos de uma patente

Para ser patenteada, a invenção precisa atender aos requisitos da novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

No Brasil, os inventores gozam do chamado “período de graça”, ou seja, a invenção poderá ser patenteada até um ano após a divulgação da mesma, desde que tal divulgação tenha sido feita pelo próprio inventor ou por terceiros, com base em informações obtidas direta ou indiretamente do inventor. Entretanto, não é aconselhável utilizar o período de graça, pois eventuais atrasos no depósito do pedido de patente podem ocorrer, comprometendo o requisito da novidade.

Para assegurar a novidade, antes do depósito do pedido (ou, idealmente, antes do início de um projeto de inovação), é necessário realizar a busca da anterioridade para verificar se a matéria a ser patenteada já foi revelada anteriormente. Para isto, o NIT auxilia os inventores e pesquisadores na realização de uma pesquisa em bases de patentes nacionais e internacionais.

Requisitos mínimos de uma patente



NOVIDADE

A tecnologia apresentada no pedido não pode ter sido divulgada antes da data do depósito



ATIVIDADE INVENTIVA

A invenção não deverá ser óbvia para um técnico no assunto



APLICAÇÃO INDUSTRIAL

Deve ser possível sua fabricação pela indústria, ou seja, o invento deve ter público e mercado para ser consumido

É importante ressaltar que, para ser patenteado, o invento deverá ter novidade absoluta, não tendo sido revelado por nenhum meio de publicação. Por isso a importância do sigilo durante todo o processo da pesquisa até o depósito do pedido de patente no INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial). A invenção não poderá ser divulgada através de artigo, apresentação em Congresso, entrevistas, etc. Caso contrário, a divulgação poderá comprometer a proteção da tecnologia.

EXEMPLOS DO QUE PODE OU NÃO SER PROTEGIDO POR PATENTE



O NIT, com o apoio da equipe multidisciplinar do INOVHEMOS avaliará se o projeto cumpre todos os requisitos da patenteabilidade e prestará todo auxílio possível aos inventores.

Tecnologias desenvolvidas na Fundação Hemominas que apresentarem potencial para inovação tecnológica, mas não cumprirem os requisitos para uma patente poderão ser incluídas no banco de know-how da instituição. O know-how refere-se ao conhecimento técnico secreto, capaz de conferir a seu detentor e sua proteção se dá por meio do sigilo.

Acompanhamento de projetos e depósito de patentes na Hemominas

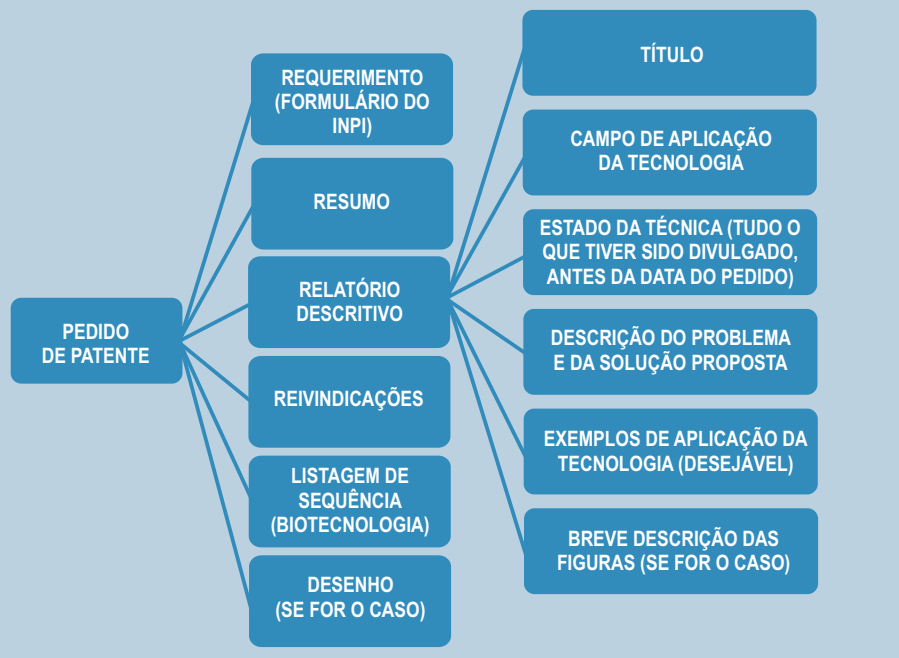
O NIT avalia todas as pesquisas cadastradas na Fundação Hemominas quanto ao potencial para inovação tecnológica e propriedade intelectual utilizando critérios técnicos preestabelecidos. Caso seja identificado o potencial, o projeto será acompanhado pelo NIT por meio do contato direto com o pesquisador responsável. Nesses casos, o NIT entrará em contato com os pesquisadores e solicitará a assinatura do Termo de Sigilo e Confidencialidade para Projetos, garantindo assim a manutenção do requisito da novidade.

Para os inventos não vinculados a projetos cadastrados no Serviço de Pesquisa da Fundação Hemominas, os autores/inventores deverão procurar o NIT para preencher o Cadastro para Projeto de Inovação. Caso o projeto seja aprovado, o Termo de Sigilo também deverá ser assinado e, nesses casos, o projeto poderá receber apoio institucional.

Ao final do projeto, caso seja constatado que de fato haverá a possibilidade do patenteamento, o documento Declaração do Inventor deverá também ser assinado. O NIT auxiliará os inventores no preparo do pedido da patente.

A suficiência descritiva é uma das condições essenciais para a concessão de um pedido de patente de invenção ou de modelo de utilidade. O objeto do pedido deve estar suficientemente descrito para que um técnico no assunto possa ser capaz de reproduzi-lo.

ELEMENTOS DE UM PEDIDO DE PATENTE



O NIT realizará o procedimento do depósito e acompanhará o andamento do pedido de patente por meio das publicações semanais do INPI (Revistas de Propriedade Industrial – RPI).

VANTAGENS DA PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO POR PATENTE



PARA O AUTOR/INVENTOR

- Valorização do currículo
- Possibilidade de ganho financeiro com o licenciamento da tecnologia



PARA A FUNDAÇÃO HEMOMINAS

- Valorização do investimento utilizado na obtenção de novos produtos e processos
- Direito exclusivo de exploração das tecnologias



PARA A POPULAÇÃO

- Disponibilidade de novos produtos e serviços
- Divulgação da informação tecnológica

Autoria e Titularidade

A política de pesquisas, inovações tecnológicas e proteção ao conhecimento da Fundação Hemominas prevê que a instituição será titular dos direitos de propriedade intelectual obtidos em virtude do trabalho realizado por servidor(es), pesquisador(es) ou estudante(s) a ela vinculados.

A Fundação Hemominas assumirá os custos (taxas e anuidades) totais, em caso de titularidade, ou parciais, em caso de co-titularidade, podendo buscar, se necessário, auxílio financeiro nas agências de fomento ou com parceiros privados que tenham participado do desenvolvimento da pesquisa ou da obtenção do resultado objeto da proteção. Em caso de pesquisas realizadas em parceria com outras instituições, deverá ser observada a cláusula contratual em proposição referente à propriedade intelectual.

Aos servidor(es), pesquisador(es) ou estudante(s) vinculados à instituição, diretamente responsáveis pelo projeto que originou a patente, será atribuída a qualidade de inventor ou criador.

É importante ressaltar as vantagens que a concessão de uma patente pode trazer para a vida profissional do servidor qualificado como autor ou inventor ou criador:

- Valorização do currículo. É importante lembrar que a versão atual do currículo Lattes tem seções específicas para patentes e atividades de inovação. Além disso, as agências de fomento valorizam cada vez mais os projetos com perspectiva de inovação tecnológica e propriedade intelectual.

- Possibilidade de ganhos financeiros oriundos da patente, que podem variar de 5% (cinco por cento) a um terço sobre o total líquido dos ganhos econômicos auferidos pela Fundação Hemominas com a comercialização, transferência ou concessão de licença da tecnologia, caso a mesma venha a ser comercialmente explorada.

- A proteção por patente não impede a publicação de artigos científicos. Contudo, é recomendado que o artigo seja publicado após o depósito da patente.

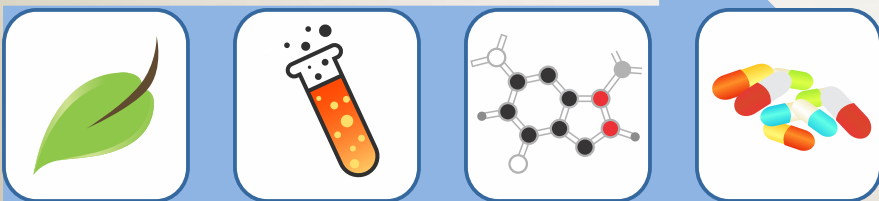
ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E AO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO

O Brasil é um país com grande biodiversidade, o que implica em um potencial econômico imensurável, já que componentes da fauna e da flora podem contribuir para o desenvolvimento de novos produtos de grande valor comercial. Além disso, o país é multicultural, sendo que várias comunidades brasileiras, como indígenas, quilombolas e caiçaras detêm conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, como o uso medicinal de vegetais.

As regras para o acesso e a repartição de benefícios, bem como o consentimento prévio, relativos aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados, são regulamentados no Brasil pela Lei nº 13.123/2015. Essas regras visam evitar a biopirataria e assegurar os direitos das comunidades indígenas e locais sobre seus conhecimentos.

De acordo com essa Lei, o acesso ao patrimônio genético (PGEN) é a pesquisa ou desenvolvimento tecnológico realizada sobre o patrimônio genético, o qual é conceituado como informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos. É importante destacar que o PGEN também está contido em substâncias produzidas por esses organismos, como resinas, látex de plantas ou venenos de animais e substâncias químicas produzidas por microrganismos. Acessar o patrimônio genético é, por exemplo, usar a informação contida nas amostras de plantas, animais, microrganismos ou substâncias deles derivadas para estudar do que são feitas, testar para que servem ou para desenvolver produto ou processo comercializável, como remédios, perfumes e cosméticos.

ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO



O acesso ao conhecimento tradicional associado (CTA), por sua vez, é a realização de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico feito sobre conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético que possibilite ou facilite o acesso ao patrimônio genético, ainda que obtido de fontes secundárias tais como feiras, publicações, inventários, filmes, artigos científicos, cadastros e outras formas de sistematização e registro de conhecimentos tradicionais associados. O CTA é conceituado como informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associados ao patrimônio genético.

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) é o órgão responsável por coordenar a elaboração e a implementação de políticas para a gestão do acesso ao PGEN e ao CTA e da repartição de benefícios no Brasil. Atividades envolvendo acesso ao PGEN e CTA devem ser cadastradas no SisGen - Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado. Os pesquisadores vinculados à Fundação Hemominas que pretendem desenvolver este tipo de atividade devem procurar orientação junto ao Serviço de Pesquisa antes do início do projeto.

É importante destacar que a realização de pesquisas com PGEN ou CTA sem a observância das normas poderá acarretar em sérias penalidades, que incluem desde advertência e multa até apreensão de materiais, cancelamento de registros e patentes, perda de benefícios e interdição do estabelecimento.

MARCA

É todo sinal visualmente perceptível que identifica e distingue um determinado produto ou serviço dentre outros existentes no mercado. O registro da marca no INPI garante o direito de exclusividade de seu uso em todo território nacional por dez anos, renováveis sucessivamente. Antes do pedido de registro, deve ser realizada uma busca para se verificar a disponibilidade da marca. Para marcas relativas a projetos e ações governamentais, requisitos adicionais como a expressão estadual e originalidade perante a outras ações da federação deverão ser observadas.

As marcas podem ser registradas com a seguinte classificação: Nominativas, Figurativa ou Mista. Já quanto à sua natureza, as marcas podem ser Produtos e Serviços, Certificação ou Coletivas.

Os requisitos para que uma marca seja registrável são:

- Veracidade: a marca deve possuir caráter verídico, condizente com o produto ou serviço que representa, não podendo induzir a erro ou confusão.
- Liceidade: a marca não deverá atentar contra a ordem pública ou a moral e bons costumes.
- Distintividade: a marca deve distinguir objetivamente os produtos ou serviços das outras existentes no mercado.
- Disponibilidade: a marca que se pretende registrar não pode estar sendo utilizada por uma empresa atuante no mercado.

No âmbito da Hemominas, são requisitos adicionais para o registro de marca:

- Solicitação de registro por escrito ao NIT, acompanhado da forma preliminar da marca (logo) em boa resolução;
- Autorização do registro pela presidência e pelas diretorias envolvidas (solicitado pelo NIT);
- Para marcas relativas a projetos, programas e ações, o requerente deve apresentar ao INOVHEMOS justificativa quanto à expressão estadual e originalidade em relação às ações da Federação.

Classificação das Marcas

SANGUE

NOMINATIVAS:

palavras, abreviações, combinação de letras ou algarismo, sem apresentação fantasiosa



FIGURATIVAS:

desenhos, imagens ou letras e algarismos com alguma arte em sua grafia



MISTAS:

combinação de imagens e palavras

Natureza das Marcas

PRODUTOS E SERVIÇOS:

para distingui-los de seus concorrentes e indicar se a proteção da marca se dará para um produto ou serviço

CERTIFICAÇÃO:

utilizada quando o produto ou serviço a qual estejam vinculadas atestem padrões perceptíveis e confiáveis

COLETIVA:

utilizada quando a marca é usada para identificar que o produto ou serviços pertencem aos mesmos membros de uma determinada entidade ou cooperativa

O NIT fará o processo de registro e acompanhamento das marcas de titularidade da Fundação Hemominas.

SOFTWARE

Um software pode ser conceituado como “a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados” (Lei nº 9.609/98).

O regime de proteção à propriedade intelectual de programa de computador é o conferido às obras literárias pela legislação de direitos autorais e conexos vigentes. No Brasil, além da Lei dos Direitos Autorais, há uma lei específica que trata da proteção aos programas de computador, que é a Lei nº 9.609/98. Essa lei é conhecida como “Lei de Software”.

Apesar da proteção por direito autoral (independente de registro), recomenda-se que os softwares devem ser protegidos por meio de registro no INPI, uma vez que a comprovação da autoria pode ser difícil.

O prazo de validade do direito é de cinquenta anos contados a partir do dia 1º de janeiro do ano subsequente à sua publicação ou, na ausência desta, da sua criação. Ao contrário do que ocorre com as patentes, o registro do programa de computador realizado no INPI é reconhecido internacionalmente abrangendo os 175 países signatários da Convenção de Berna (1886).

OUTRAS MODALIDADES

Outras formas de propriedade industrial que, embora possam ter grande importância mercadológica, não são tão relacionadas aos campos de atuação da Fundação Hemominas, são o Desenho Industrial e a Indicação Geográfica. Essas modalidades não serão contempladas nesta cartilha.

DOCUMENTOS IMPORTANTES

- Manual de Desenvolvimento de Pesquisas na Fundação Hemominas (MNP.T.GDT-012)
- Manual de Normas e Procedimentos para Atividades envolvendo Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual na Fundação Hemominas (MNP-T.GDT.NIT-113)
- Política de Pesquisas, Inovações Tecnológicas e Proteção à Propriedade Intelectual da Fundação Hemominas (Portaria PRE 01/2019)
- Lei da Propriedade Industrial. Lei nº 9.279/96

- Decreto nº 2553/98. Regulamenta a Lei de Propriedade Industrial
- Lei nº 10.196/01. Altera a Lei da Propriedade Industrial
- Lei de Inovação. Lei nº 10.973/04
- Decreto nº 5.563/05. Regulamenta a Lei de Inovação
- Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação
- Lei Mineira de Inovação. Lei nº 17.348/2008
- Decreto Estadual 47.442, de 04/07/2018. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no âmbito do Estado e dá outras providências
- Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado
- Lei do Software. Lei nº 9.609/98

FUNDAÇÃO HEMOMINAS

Elaboração: Núcleo de Inovação Tecnológica da Fundação Hemominas

Revisão: INOVHEMOS

Arte Gráfica: Assessoria de Comunicação Social da Fundação Hemominas

CONTATOS

Site: <http://www.hemominas.mg.gov.br> (link Inovações Tecnológicas)

E-mail: inovhemos@hemominas.mg.gov.br

Telefone: (31) 3248.4587

2ª edição/julho de 2021